

007001

CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



Ata da Reunião de 07 / 01 / 2015

Ata n.º 01 destinada a:



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

ATA N.º 1

Aos sete dias do mês de janeiro do ano dois mil e quinze na Sala de Sessões, Edifício dos Paços do Concelho desta cidade de Vendas Novas reuniu a Câmara Municipal tendo estado:

PRESIDENTE.....	LUÍS CARLOS PITEIRA DIAS
VICE-PRESIDENTE	ANA CARLA ARRANJA M. DE BARROS
VEREADORES	JOSÉ MARIA RODRIGUES FIGUEIRA
	PAULO ALEXANDRE V. CAÇOILAS
	ELSA CRISTINA N. DOS SANTOS CAEIRO
	SILVIA LEONOR C. SEATRA DOS SANTOS
	JOAQUIM MANUEL MARQUES B. SOEIRO

A reunião foi secretariada pelo Chefe da DAF, Hélder Páscoa Fernandes.

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião eram 15 H 00.

1. Ponto – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

Tomou a palavra o **Presidente** dando conhecimento que no dia 26 de dezembro esteve presente na 1.ª corrida de S. Silvestre de Vendas Novas, organizada pela Casa do Benfica de Vendas Novas e no dia 29 participou na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e no Conselho Municipal de Juventude. Informa que já foi dada resposta à ANMP sobre a descentralização de competências do Governo, tendo sido dito que, por princípio, a Câmara Municipal não sendo contra a descentralização, entende que não estão reunidas as condições para uma correta descentralização e a ANMP comunicou no dia anterior, que só na próxima semana se irá pronunciar sobre o assunto. Relativamente à Comissão Municipal da Juventude informa que



La
H

foi dado parecer não vinculativo sobre a estratégia de juventude prevista nas GOP's, refere que foi aprovada por unanimidade e feitas sugestões.

Interveio a **Vice-Presidente** informando que no dia 29 de dezembro participou no Conselho Municipal de Juventude e no dia 30 participou no almoço promovido pelo Centro de Convívio dos Reformados, Pensionistas e Idosos.

Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Sociro** desejando bom ano a todo o executivo.

Interveio o **Vereador José Figueira** pedindo cópia da tomada de posição da Câmara Municipal de Vendas Novas enviada à ANMP e sobre a estratégia de juventude que foi submetida à Comissão Municipal de Juventude.

O **Presidente** informa que entrega já a tomada de posição enviada à ANMP e quanto à Comissão Municipal de Juventude, foi apresentada os projetos/atividades que constam das GOP's.

A **Câmara Municipal** deliberou, por unanimidade, aprovar a introdução de um novo assunto no ponto do expediente da Ordem de Trabalhos, designadamente:

- Mobilidade Interna do trabalhador Luís Miguel Pinto Rijo.

2. PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – Delegação de Competência

Doc. 01/15

Presente proposta do Presidente, para que a Câmara Municipal delegue em si a competência para aprovar as alterações às opções do plano e ao orçamento, prevista na alínea d) do n.º 1. do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Tomou a palavra o **Presidente** introduzindo o assunto e explicando esta proposta surge do histórico das alterações realizadas durante o ano 2014, as quais foram encaradas como gestão corrente, até mesmo pela oposição.

Interveio o **Vereador José Figueira** afirmando que os vereadores não vêm esta questão quanto ao enquadramento legal e sim de princípios. Refere que a Lei tem uma lógica presidencialista e os vereadores da CDU sempre consideraram a valorização do órgão coletivo e na sua opinião tudo o que no passado sempre trouxeram, até mesmo questões que poderiam ser delegadas. Afirma que são contra a própria Lei e entende que sendo legal, não concordam com o princípio de retirar esta matéria da alçada da Câmara Municipal.

C2
#

Tomou a palavra o **Presidente** referindo que entende que a alteração é mais uma questão de gestão financeira corrente, já o mesmo não acontece com as revisões que podem representar uma alteração de estratégia e como tal serão apreciadas pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal. O que referiu em relação às alterações até pode ser confirmado pelo histórico das votações, ao longo de 2014, com as abstenções da CDU. Refere que no passado a CDU, por exemplo, dava autorização genérica à Câmara Municipal para autorizar empréstimos de curto prazo, retirando essa competência da Assembleia Municipal e isso nem se compara. Mais informou que as alterações terão sempre que vir à reunião para conhecimento.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos vereadores José Figueira, Silvia Santos e Paulo Caçoilas, aprovar a proposta de delegação de competência.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** apresentando a seguinte declaração de voto: “Não colocando em causa o enquadramento legal da proposta, apresentada nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os vereadores da CDU votaram contra tal proposta, na medida em que a mesma enferma de uma visão autocrática e presidencialista da vida coletiva e democrática do Município, o que contraria aos valores e princípios defendidos há muito pela CDU, já que a decisão agora tomada pela maioria do executivo PS/PSD, vai usurpar uma competência da Câmara Municipal sobre matérias de extrema importância, como são as da gestão do Orçamento do Município, ficando, agora, tal competência no exclusivo arbítrio de decisão do Presidente da Câmara Municipal, o que todo não se compagina com a tão apregoada política de transparência da vida autárquica tão propagandeada pelo PS/PSD.

2.2 – Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Concelho de Vendas Novas

Doc. 02/15

Presente proposta de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Concelho de Vendas Novas.

Tomou a palavra o **Presidente** apresentando o documento e referindo que o mesmo surge da necessidade de dar mais eficácia e de reforçar a fiscalização à aplicação dos apoios atribuídos ao associativismo. Este regulamento será completado com avisos/regulamentos específicos para cada uma das áreas.

Interveio o **Vereador José Figueira** afirmando que não está prevista qualquer tipo de consulta prévia por parte dos serviços da autarquia, perguntando como é que esta questão será garantida.



12
#

Contrariamente, prevê-se a possibilidade de serem consultadas entidades externas, o que lhes levanta muitas dúvidas. Informa que os vereadores da CDU irão abster-se nesta fase e irão analisar a proposta na fase de apreciação pública.

Tomou a palavra o **Presidente** afirmando que o que está subentendido é que os regulamentos específicos irão prever essa questão e, como é óbvio, essa matéria será obra de análise dos serviços municipais. Refere que o recurso a entidades externas poderá justificar-se em algumas matérias específicas e surge mais como uma precaução.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores José Figueira, Sílvia Santos e Paulo Caçoilas, aprovar a proposta de regulamento, submetendo a mesma à apreciação pública nos termos da Lei.

2.3 – Expediente

2.3.1 – Aprovação do Saldo Transitado

Doc. 03/15

Presente proposta do Presidente, para a Câmara Municipal aprovar o Mapa de Fluxos de Caixa do dia 31 de dezembro de 2014, onde consta o saldo a transitar para 2015 no valor de 344.759,02 € e o aumento dos fundos disponíveis no valor de 344.759,02 €.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores José Figueira, Sílvia Santos e Paulo Caçoilas, aprovar o saldo transitado e o aumento dos fundos disponíveis.

2.3.2 – Criação de Fundos Fixos de Caixa

Doc. 04/15

Presente proposta do Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, a propor a constituição dos fundos fixos de caixa para o Serviço de Cultura, que entre outras tarefas assegura a bilheteira do Auditório Municipal e para o trabalhador responsável pelo controlo metrológico assegurado pelo Município.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores José Figueira, Sílvia Santos e Paulo Caçoilas, aprovar a constituição dos fundos fixos de caixa propostos.



2.3.3 – Tolerâncias de Ponto para 2015

Presente proposta das tolerâncias de ponto a atribuir aos trabalhadores da Câmara Municipal de Vendas Novas durante o ano de 2015, designadamente:

- Todas as que forem concedidas aos trabalhadores da Administração Pública pelo Governo Português;
- O dia do seu aniversário, sendo que, caso o aniversário coincida com um dia de descanso, a tolerância poderá ser gozada no 1.º dia útil seguinte;
- E ao logo do ano poderão ser concedidas outras tolerâncias de ponto a apreciar caso a caso pela Câmara Municipal.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** informando que, por princípio, e face à autonomia do Município, os vereadores da CDU entendem que a Câmara Municipal não deve ficar dependente do Governo e que o Município deveria definir as tolerâncias e ajustar depois, caso o Governo concedesse mais algumas. Para além disso, entendem que se assim fosse feito as pessoas poderiam programar melhor a sua vida. Propõe que seja concedida a tarde do dia 16 de fevereiro, o dia 6 de abril, o dia 24 de dezembro e o dia 31 de dezembro.

Interveio o **Presidente** afirmando que respeita a autonomia e entende que os trabalhadores do Município não devem ser diferentes dos outros do setor público, pelo que entende que deve ser como é proposto e, se o executivo entender que para Vendas Novas faz sentido outra tolerância, tomará uma decisão nesse sentido. Assim, entende que deverá ser mantida a proposta apresentada e quando existirem casos concretos, estes serão devidamente apreciados.

Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro** afirmando que se revê genericamente no que foi dito pelo vereador José Figueira, no entanto, a prática durante o ano de 2014 mostra que o executivo soube adequar a sua prática à realidade de Vendas Novas, bem como à sua tradição e história.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores José Figueira, Silvia Santos e Paulo Caçoilas, aprovar a proposta.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** apresentando a seguinte declaração de voto: “Não estando contra o princípio da proposta, de serem atribuídas aos trabalhadores do Município as tolerâncias de ponto, os Vereadores da CDU abstiveram-se na sua votação, na medida em que a



Handwritten signature and initials.

mesma é uma proposta não comprometida com a assunção de compromissos, que ficam ao arbítrio das decisões do que o Governo venha a deliberar, colocando-se em causa a autonomia política do Poder Local Democrático, e por outro lado é uma proposta que fica ao arbítrio e gestão política da maioria PS/PSD no executivo, ao dizer-se que poderão ser concedidas outras tolerâncias de ponto a apreciar caso a caso.

2.3.4 – Utilização do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal pelo Grupo União Sport

Presente proposta para redução da taxa de utilização do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal pelo Grupo União Sport num jogo da 2.ª Divisão Nacional de Futsal, estimado em 79,27 €.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de redução da taxa em 50 %.

2.3.5 – Mobilidade Interna do trabalhador Luís Miguel Pinto Rijo

Presente ofício n.º 140 da Câmara Municipal de Caldas da Rainha a solicitar a prorrogação excecional da mobilidade do trabalhador Luís Miguel Pinto Rijo, até 31 de dezembro de 2015.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a prorrogação da mobilidade até 31 de dezembro de 2015, sujeita à anuência do trabalhador.

2.3.6 - Resumo Diário da Tesouraria

- Presente o Resumo, respeitante ao dia 31 de dezembro de 2014, cujo saldo é 486.529,18 € correspondendo 344.759,02 € a dotações orçamentais e 141.770,16 € a dotações não orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

- Presente o Resumo, respeitante ao dia 6 de janeiro de 2015, cujo saldo é 500.323,84 € correspondendo 358.553,68 € a dotações orçamentais e 141.770,16 € a dotações não orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.



3. PONTO – Período de Intervenção Aberto ao Público

Não houve intervenções do público.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

Para que as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **foi aprovada, por unanimidade.**

FORMA DE VOTAÇÃO

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram objecto de votação nominal.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal encerrada a reunião eram 15 H 45 sendo a presente ata assinada pelo Sr. Presidente, Luís Carlos Piteira Dias e por mim, Hélder Páscoa Fernandes, na qualidade de Chefe da DAF, que a redigi e lavrei.

Os documentos identificados na presente ata são arquivados no maço de documentos respeitantes ao ano de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal

O Chefe da DAF

Vendas Novas, 7 de janeiro de 2015



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

3009

Aprovada, por unanimidade, na reunião realizada em 13/05/2015.

O Presidente

[Handwritten Signature]

Os Vereadores

Ana Carla Arranja M. de Barros

[Handwritten Signature]

José Maria Rodrigues Figueira

[Handwritten Signature]

Paulo Alexandre Valentim Caçoilas

[Handwritten Signature]

Elsa Cristina N. dos Santos Caeiro

[Handwritten Signature]

Sílvia Leonor C. Seatra dos Santos

[Handwritten Signature]

Joaquim Manuel Marques B. Soeiro

[Handwritten Signature]